CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº /2022

Ementa: Revoga a Lei 4592/2016 e Fixa o subsidio dos Secretários Municipais para legislatura 2025/2028.

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 4592 de 28 de setembro de 2016.

Art. 2º - O subsidio mensal dos Secretários do Município de Barra Mansa, para a legislatura de 2025/2028, a iniciar-se em 1º de janeiro de 2025, conforme disposto no §4º do art. 39 da Constituição Federal de 1988 e Art. 54, IV da Lei Orgânica do Município, fica fixado em:

I – Secretários Municipais: 45% (quarente e cinco) por cento (R$ 11395,00) do correspondente ao salário de Deputado Estadual do Rio de Janeiro.

Art. 3º - O subsidio de que trata o art. 1º desta lei, será atualizado por lei própria, sempre que ocorrer a revisão geral dos servidores públicos municipais e no mesmo índice, conforme estabelecido no inciso X do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º - As despesas decorrente com a presente Lei correrão por conta de dotação própria, suplementada se necessário.

Art. 5º - Revogada as disposições em contrario, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

BARRA MANSA, 22 DE DEZEMBRO 2022.

_____

VEREADOR

FURLANI

_____

VEREADOR

DANIEL MACIEL

_____

VEREADOR

DEMERSON SÉRGIO

_____

VEREADOR

GUSTAVO GOMES

_____

VEREADOR

JEFFERSON MAMEDE

_____

VEREADOR

MARQUINHO PITOMBEIRA

_____

VEREADOR

VICENTE DE PAULA FERREIRA

_____

VEREADOR

WAGNER

_____

VEREADOR

JOSÉ MARQUES

_____

VEREADOR

JOÃO DE JESUS

VEREADOR

PAULO AFONSO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Sras. Vereadoras,

O Presente Projeto de Lei. Busca/tem o objetivo de fixar o subsidio dos secretários municipais de Barra Mansa para a próxima legislatura/mandato 2025/2028, na forma do disposto pelo art. 39, §4º da CF/88 e art.54 caput e inciso IV da LOM.

Os valores propostos estão de acordo com limites dispostos na Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica Municipal e parametrizados pelo estudo dos valores pagos por outros municípios do mesmo porte de nossa região, considerando a responsabilidade, os ônus atribuídos e especificidade da função pública, cuja assunção remete a necessidade de compromisso e eficiência na prestação dos serviços à população, o que exige, por outro turno, uma adequada remuneração.

Desta forma, compatíveis com a realidade do Município e dentro dos parâmetros atuais, é que esperamos a aprovação do presente projeto de resolução.

.